

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2016
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório da Administração	1 - 9
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 - 3
Balanço patrimonial	4
Demonstração de resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 - 42

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, bem como sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. - CCR SPVias vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

1.2 Apresentação

A CCR SPVias iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2010. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente 100% do capital social da Companhia. A CCR SPVias está localizada na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo e foi outorgada em 1999. A CCR SPVias administra 516 quilômetros de rodovias que compõem o Lote 20 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, por onde trafegam diariamente mais de 85 mil veículos, compreendendo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), formando assim um importante eixo de ligação entre o sudoeste do Estado de São Paulo e o Estado do Paraná.

A CCR SPVias conta com 721 colaboradores para oferecer conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população lindeira de aproximadamente 876 mil habitantes.

A CCR SPVias desenvolve também programas socioculturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da Companhia. São projetos de educação para o trânsito, qualidade de vida para os motoristas e pedestres, e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida.

1.3 Destaques do ano de 2016

Destaques financeiros

- Emissão de debêntures de R\$ 1.200 mil a 129,3% do CDI
- Distribuição de dividendos de R\$ 14.129 mil
- Pagamento de juros sobre capital próprio de R\$ 17.107 mil

Destaque operacional

- A Companhia tem contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registradas 108 mortes, sendo que em 2016 foram constatadas 31 mortes, ou seja, uma redução de 71% no número de mortes.
- Inclusão de 2 novas obras sendo: Duplicação da Rodovia João Mellão (SP-255), do km 254+280 ao km 261+420, no trecho urbano de Avaré com extensão de 7,14 km e Implantação de via marginal de acesso às indústrias no km 116+700 no trecho urbano de Tatuí no contrato de concessão. Estas obras foram incorporadas ao contrato por meio de reequilíbrio econômico financeiro, o que resultou na extensão do contrato até 18 de setembro de 2028 (11 meses e 8 dias).

2. Estratégia e gestão

2.1 Governança corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por oito membros efetivos, residentes no país. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, da Companhia.

Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O cargo de Diretor Presidente é exercido pelo Sr. José Salim Kallab Fraiha, enquanto o cargo de Diretor de Operações é exercido pelo Sr. Alexandre Spadafora. A Companhia está localizada na Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4, Bairro Guardinha, Tatuí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/spvias.

2.2 Gestão de pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Em 2016, foram investidos R\$ 78 mil na capacitação de programas de capacitação para 667 colaboradores.

3. Desempenho econômico e financeiro

3.1 Mercado

A Companhia administra um conjunto de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil. Estas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

As rodovias funcionam como um importante meio para o escoamento da produção agrícola do sudoeste de São Paulo até a capital e Porto de Santos. A CCR SPVias acredita que suas rodovias representam um importante elemento para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

3.2 Desempenho

Em R\$ mil	2016	2015	Var.%
Receita líquida	607.134	591.273	3%
Receita de pedágio	599.633	591.955	1%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	56.783	47.863	19%
Outras receitas	3.134	3.159	-1%
(-) Deduções da receita bruta	52.416	51.704	1%
(-) Custos e despesas (a)	352.176	333.783	6%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	56.783	47.863	19%
Demais custos e despesas	295.393	285.920	3%
(-) Resultado Financeiro líquido	226.035	184.081	23%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	9.645	19.511	-51%
Lucro líquido	19.278	53.898	-64%
(+) Resultado Financeiro líquido	226.035	184.081	23%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	9.645	19.511	-51%
EBIT (b)	254.958	257.490	-1%
Margem EBIT	41,99%	43,55%	1,55 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	46,33%	47,38%	1,06 p.p.
(+) Depreciação/amortização	113.003	107.537	5%
EBITDA (b)	367.961	365.027	1%
Margem EBITDA	60,61%	61,74%	1,13 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	64.754	33.019	96%
EBITDA ajustado	432.715	398.046	9%
Margem EBITDA ajustada (e)	78,63%	73,25%	5,38 p.p.
Dívida bruta (f)	1.487.799	1.540.943	-3,45%
Investimentos	61.618	48.342	27%
Veículos equivalentes (em milhares)	63.474	66.528	-4,59%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.
- (f) Dívida Bruta: somatória dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e de longo prazos (líquidos dos custos de transação).

3.2.1 Receita operacional

A Receita de pedágio totalizou em 2016 R\$ 599.633 mil (+1,30% sobre 2015) e representou 99,48% do total da Receita bruta (sem Receita de Construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência do tráfego e da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 9,14%, pois quando se trata de veículos equivalentes obtivemos um decréscimo de 4,59% em comparação a 2016, reflexo do cenário do país, queda de consumo, renda e de produção industrial e aumento da taxa de desemprego.

3.2.2 Custos e despesas

Os custos e despesas apresentaram um aumento de 6% em relação a 2015, perfazendo R\$ 352.176 mil no ano de 2016. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 56.783 mil aumento de 18,64% em relação a 2015 em decorrência da duplicação do trecho urbano de Avaré e da implantação de via marginal de acesso às indústrias no trecho urbano de Tatuí.
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 64.754 mil e apresentou um aumento de 96,11% em 2016, em relação ao ano de 2015. Durante o exercício de 2016, foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de manutenção.
- Os custos de depreciação e amortização somaram R\$ 113.003 mil no ano de 2016. O crescimento de 5,08% decorre, substancialmente, dos investimentos que entraram em operação.
- O custo de outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 9.758 mil. O aumento de 1,23% deve-se ao comportamento da receita.
- O custo dos serviços de terceiros totalizou R\$ 41.997 mil no ano de 2016, uma redução de 41,52%, devido a encerramento do contrato com empresa terceirizada referente aos serviços de conservação de rotina.
- O custo com pessoal atingiu R\$ 40.988 mil no ano de 2016, registrando um aumento de 5,04% quando comparado com o ano de 2015. Esse aumento deve-se, principalmente, ao dissídio que ficou entre 8 e 10%, ocorrido em março de 2016.
- Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 0,02% e atingiram R\$ 24.893 mil no ano de 2016.

3.2.3 Resultado financeiro

No ano de 2016, o resultado financeiro líquido negativo registrado foi de R\$ 226.035 mil comparado a um resultado negativo de R\$ 184.081 mil em 2015. O aumento de 22,79% ocorreu, principalmente, pela emissão de Debêntures (dadas as condições de mercado) e variação do CDI.

3.2.4 Lucro líquido

O lucro líquido registrado nesse ano foi de R\$ 19.278 mil atingindo uma redução de 64,23% quando comparado ao ano anterior, devido principalmente ao aumento das Despesas Financeiras.

3.2.5 Dívidas

No ano de 2016 a dívida bruta alcançou R\$ 1.487.799 mil em comparação a R\$ 1.540.943 mil em 2015. Do total da dívida, o montante denominado em moeda local representa 100% e o montante da dívida com vencimento em longo prazo representa 87,35%.

A redução da dívida foi devida principalmente as amortizações dos contratos com o BNDES, captados para financiamento de obras.

3.2.6 Investimentos

A CCR SPVias investiu cerca de R\$ 61.618 mil em 2016, nas rodovias SP-127, SP-255, SP-258, SP-270 e SP-280. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lideira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se:

SP-270 – Rodovia Raposo Tavares

- Programa de recapeamento de trevos 2ª Intervenção;
- Recuperação profunda do pavimento – Pista Leste;
- Programa de restauração de pavimento rígido das Praças de Pedágio 2ª Intervenção - (Alambari).

SP-258 – Rodovia Francisco Alves Negrão

- Implantação de 62 Call Box;
- Programa de recapeamento de trevos 2ª Intervenção;
- Programa de restauração de pavimento rígido das Praças de Pedágio 2ª Intervenção - (Buri e Itararé).

SP-127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol

- Implantação de via marginal de acesso às indústrias no km 116+700 no trecho urbano de Tatuí, com aproximadamente 1,5 km e passarela no km 116+200, assim como a construção de um ponto de ônibus com novas baias;
- Recuperação de Pavimento 2ª Intervenção – 54,85 quilômetros de pista no trecho compreendido entre o km 158,3 (Itapetininga) e o km 213,15 (Capão Bonito);
- Programa de recapeamento de trevos 2ª Intervenção;
- Programa de recuperação de Obras de Arte Especiais e Passarelas – km 113+190, km 118+375, km 125+680, km 132+200, km 178+540, km 189+400 e km 191+890;
- Programa de restauração de pavimento rígido das Praças de Pedágio 2ª Intervenção – (Morro do Alto Norte, Morro do Alto Sul e Gramadão).

SP-255 – Rodovia João Melão

- Duplicação da Rodovia João Mellão (SP-255), do km 254+280 ao km 261+420, no trecho urbano de Avaré com extensão de 7,14 km, além de outras melhorias, como a implantação de três passarelas para pedestres, implantação de 3,2 km de vias marginais, dois dispositivos em desnível, remodelação e modernização dos dispositivos no km 257+900 e no km 259+160;
- Programa de recapeamento de trevos 3ª Intervenção;
- Recuperação de Obra de Arte Especial – km 238+650;
- Programa de restauração de pavimento rígido das Praças de Pedágio 2ª Intervenção – (Avaré).

SP-280 – Rodovia Castelo Branco

- Programa de restauração de pavimento rígido das Praças de Pedágio 2ª Intervenção – (Quadra, Itatinga e Iaras);
- Programa de recapeamento de trevos 3ª Intervenção.

4. Sustentabilidade

O Grupo CCR é comprometido com a prestação de contas direcionadas aos investidores e aos demais públicos, o que possibilita o acompanhamento da sua administração. A Companhia adota princípios como a transparência e a equidade, condutas aplicadas desde a sua estruturação em 1998, seguindo boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade.

A administração do Grupo CCR é realizada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e na estratégia de crescimento da companhia.

Para consolidar a sustentabilidade como diferencial da proteção e da criação de valor, parte integrante de seu planejamento estratégico, em 2016 o Grupo realizou vários avanços, como a revisão de sua matriz de materialidade. O objetivo é a Companhia se manter atualizada em relação às mudanças estruturais do negócio e do setor, bem como estar atenta aos anseios dos seus *stakeholders*.

A base da estratégia do Grupo CCR está na diversificação, na consolidação dos negócios conquistados e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários, voltada sempre para o cumprimento das obrigações assumidas e a melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa e nas políticas internas adotadas, que sistematizam suas ações. Também participa, voluntariamente de diversas iniciativas e compromissos, como Pacto Global e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), Carbon Disclosure Project (CDP), Empresas pelo Clima (EPC), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, além da parceria com a Childhood, contra o abuso e exploração sexual infantil. Em 2016, além das três campanhas realizadas pelas do Grupo, onde foram distribuídos mais de 300 mil folhetos para conscientização dos usuários sobre o canal de denúncia, “disque 100”, o Grupo avançou na capacitação de pontos focais e multiplicadores internos da causa.

Pelo quarto ano, o Grupo CCR publica seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, baseado nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do International Integrated Reporting Council (IIRC), o qual visa comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, considerando o contexto externo, a avaliação de riscos e a criação de valor no curto, médio e longo prazos.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais:

- Capital financeiro
- Capital social e de relacionamento
- Capital humano
- Capital manufaturado
- Capital natural
- Capital intelectual

4.1 Desempenho social

4.1.1 Capital Social e de relacionamento – *Stakeholders*

No que diz respeito a Capital Social a CCR SPVias atua não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias das rodovias, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários em toda a extensão da malha rodoviária, a companhia desenvolve e apoia diversos projetos sociais junto a seus públicos de relacionamento. Em 2016 foram beneficiadas mais de 58 mil pessoas ao longo dos 26 municípios limítrofes. Como exemplo de projetos realizados no ano de 2016, temos:

- **Programa Caminhos para Cidadania** – O Programa Caminhos para a Cidadania visa disseminar os conceitos de educação no trânsito e de meio ambiente para os alunos do 4º e 5º anos das escolas públicas municipais, contribuindo com a formação dos futuros motoristas e cidadãos. Em 2016, o programa na CCR SPVias atendeu 22.066 alunos e 1.026 professores em 23 dos municípios da região. Durante o ano foram realizadas diversas atividades como: blitz educativa, oficinas pedagógicas e ações socioambientais e culturais.
- **Estrada para a saúde** – O Programa Estrada para a Saúde tem como foco a diminuição dos riscos de acidentes provocados por problemas relacionados à saúde e ao modo de vida dos motoristas. Esse programa é realizado por médicos e enfermeiros e oferecem diversos exames de saúde, como verificação de pressão arterial, glicemia (diabetes), colesterol total, triglicérides, avaliação visual, avaliação de peso e altura, além da distribuição de materiais educativos. Foram realizadas onze campanhas ao longo do ano.
- **Projeto Guri** - Com mais de 35 mil alunos distribuídos por todo o Estado de São Paulo, o Projeto Guri, oferece, desde 1995, nos períodos de contra turno escolar, cursos de iniciação e teoria musical, coral e instrumentos de cordas, madeiras, sopro e percussão, promovendo a educação musical e a prática coletiva de música, tendo em vista o desenvolvimento humano de gerações em formação. Na CCR SPVias, em 2016, o Projeto Guri foi realizado em Taquarivaí e Itatinga, visando trabalhar os mais variados gêneros musicais, desde canções populares e músicas folclóricas até composições eruditas.

Na busca da mitigação de riscos nas rodovias, a Companhia investe em campanhas de conscientização e orientação junto aos motoristas, tal como a Campanha Viagem Segura (campanhas de orientação quanto ao cinto de segurança, riscos da direção no inverno, tais como neblinas, queimadas e etc.).

Conheça mais sobre os projetos socioambientais da CCR SPVias e das demais unidades do Grupo CCR no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/sustentabilidade.

4.1.2 Capital humano e intelectual

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2016 ocorreram diversos treinamentos, destacando-se: Programa de Inclusão e desenvolvimento de pessoas com Deficiência, Projeto Conhecer, Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL), que pretende conscientizar e desenvolver a liderança, com foco nas pessoas. Além disso, são desenvolvidos treinamentos operacionais e de segurança para os profissionais da área de arrecadação, tráfego e atendimento pré-hospitalar.

Os treinamentos buscam a disseminação da Visão, Valores e Crenças do Grupo CCR, promovendo melhorias no atendimento aos usuários.

4.2 Desempenho ambiental

4.2.1 Capital natural

A fim de preservar o meio ambiente e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos usuários e das comunidades, a CCR SPVias promove diversas ações ambientais, indo além do atendimento às exigências legais.

A prevenção e recuperação de erosões, o plantio de mudas nativas, os sistemas de gestão de água e de resíduos sólidos, as passagens de fauna silvestre e o plano de atendimento a emergências, são exemplos destas ações.

Dando continuidade ao projeto de redução do consumo de energia elétrica, iniciado em 2014, foram substituídas, na base da PMRV de capão bonito, as antigas lâmpadas de vapor de sódio por lâmpadas a LED. Resultando em um menor consumo de energia a longo prazo.

Ademais, no ano de 2016 foram implantados *Callbox* que utilizam energia solar para seu funcionamento, de forma a contribuir para a sustentabilidade e economia de energia.

Alinhados com os objetivos da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CCR SPVias destinou no ano de 2016, às cooperativas de materiais recicláveis, cerca de 2.982 m³ de resíduos, correspondendo a cerca de 42% do total recolhido nas rodovias e seus postos administrativos.

4.2.2 Capital manufaturado

A geração de capital manufaturado se dá por meio de melhorias na infraestrutura da Companhia, aumentando a funcionalidade e eficiência de edificações, pavimentos e equipamentos.

Nas rodovias administradas pela CCR SPVias utilizou-se na reconstrução do pavimento a borracha de reciclagem de pneus, além da vantagem de caráter socioambiental, o asfalto borracha é mais durável e gera menos ruído quando da passagem dos veículos pela rodovia, maior aderência aos pneus, proporcionando mais conforto e segurança aos usuários, principalmente em períodos chuvosos.

4.3 Prêmios e reconhecimento

- Pesquisa Guia Quatro Rodas 2015/2016 – SP-280 - 4º Lugar.
- Rodovias administradas pela CCR SPVias foram classificadas como as melhores do país na pesquisa CNT 2016, são elas: SP-280 e SP-255 - 7º Lugar | SP-127 - 15º Lugar.
- Prêmio Concessionária ARTESP – Ano 2015 – Divulgado em 2016. A CCR SPVias foi eleita uma das seis melhores concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo.

5. Considerações finais

5.1 Agradecimentos

A Administração da CCR SPVias agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos usuários, fornecedores e instituições financeiras. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

5.2 Auditores independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As demonstrações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

5.3 Cláusula compromissória

“O Grupo CCR está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social”.

Tatuí, 16 de fevereiro de 2017.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rodovias Integradas do Oeste S.A.
Tatuí - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovias Integradas do Oeste S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovias Integradas do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Deloitte.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de março de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Roberto Torres dos Santos
Contador
CRC nº1 SP 219663/O-7

Balço patrimonial
em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	78.240	72.472	Financiamentos	12	35.745	35.370
Contas a receber	7	34.017	1.444	Debêntures	13	144.903	1.250.463
Contas a receber - partes relacionadas	9	50	33.858	Fornecedores		15.226	17.596
Impostos a recuperar		610	3.599	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	9	1.749	591
Adiantamento a fornecedores		30	92	Dividendos e JCP a pagar	16	-	14.541
Despesas antecipadas		2.431	2.128	Obrigações sociais e trabalhistas		7.520	7.433
Outros créditos		1.098	201	Imposto de renda e contribuição social		3.920	-
				Impostos e contribuições a recolher		3.400	4.996
Total do ativo circulante		116.476	113.794	ISS a recolher		4.041	2.862
				Obrigações com o poder concedente	20	878	864
Não circulante				Provisão de manutenção	15	9.173	16.656
Realizável a longo prazo				Contas a pagar com operações de derivativos	19	8.648	14.346
Impostos a recuperar		7	-	Outras contas a pagar		1.174	1.957
Conta reserva		-	111				
Contas a receber com operações de derivativos	19	30.414	14.952	Total do passivo circulante		236.377	1.367.675
Depósitos judiciais		243	205				
Outros créditos		16	5	Não circulante			
		30.680	15.273	Financiamentos	12	34.979	69.462
				Debêntures	13	1.272.172	185.648
Imobilizado	10	34.708	36.231	Provisão de manutenção	15	63.016	12.496
				Imposto diferido	8b	60.000	67.061
Intangível	11	1.718.857	1.764.441	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14	4.088	2.457
				Total do passivo não circulante		1.434.255	337.124
Total do ativo não circulante		1.784.245	1.815.945	Patrimônio líquido			
				Capital social	16a	205.225	205.225
				Reserva de lucros		24.864	19.715
				Total do patrimônio líquido		230.089	224.940
Total do ativo		1.900.721	1.929.739	Total do passivo e patrimônio líquido		1.900.721	1.929.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	17	607.134	591.273
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(56.783)	(47.863)
Serviços		(29.812)	(59.451)
Custo da outorga		(9.758)	(9.639)
Depreciação e amortização		(111.207)	(106.051)
Custo com pessoal		(30.879)	(29.348)
Provisão de manutenção	15	(64.754)	(33.019)
Materiais, equipamentos e veículos		(9.437)	(6.839)
Outros		(6.492)	(10.126)
		<u>(319.122)</u>	<u>(302.336)</u>
Lucro bruto		<u>288.012</u>	<u>288.937</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(10.109)	(9.672)
Serviços		(12.185)	(12.367)
Materiais, equipamentos e veículos		(547)	(571)
Depreciação e amortização		(1.796)	(1.486)
Outros		(9.041)	(8.035)
Outras receitas operacionais		624	684
Resultado antes do resultado financeiro		254.958	257.490
Resultado financeiro	18	<u>(226.035)</u>	<u>(184.081)</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		28.923	73.409
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(9.645)</u>	<u>(19.511)</u>
Lucro líquido do período		<u>19.278</u>	<u>53.898</u>
Lucro líquido por ação - (em reais - R\$)	16e	<u>0,0939</u>	<u>0,2626</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	19.278	53.898
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>19.278</u></u>	<u><u>53.898</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Especial de dividendos	Retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2015		205.225	15.833	49.222	191.439	-	461.719
Lucro do exercício		-	-	-	-	53.898	53.898
Destinações:							
Reserva legal		-	2.695	-	-	(2.695)	-
Dividendos pagos em 15 de abril 2015		-	-	(49.222)	(183.506)	-	(232.728)
Dividendos Intermediários em 27 de outubro de 2015		-	-	-	-	(38.800)	(38.800)
Dividendos Intermediários em 18 de dezembro de 2015		-	-	-	-	(2.042)	(2.042)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(7.000)	(10.107)	(17.107)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	254	(254)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>205.225</u>	<u>18.528</u>	<u>-</u>	<u>1.187</u>	<u>-</u>	<u>224.940</u>
Lucro do exercício		-	-	-	-	19.278	19.278
Destinações:							
Reserva legal	16b	-	964	-	-	(964)	-
Dividendos Intermediários em 24 de novembro de 2016	16d	-	-	-	-	(9.000)	(9.000)
Dividendos Intermediários em 22 de dezembro de 2016	16d	-	-	-	-	(5.129)	(5.129)
Constituição de reserva de lucros	16b	-	-	-	4.185	(4.185)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>205.225</u>	<u>19.492</u>	<u>-</u>	<u>5.372</u>	<u>-</u>	<u>230.089</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.
 Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto
 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	19.278	53.898
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.061)	1.258
Depreciação e amortização	57.870	53.890
Baixa do ativo imobilizado e intangível	84	169
Amortização do direito da concessão	55.133	53.647
Capitalização de custo de empréstimos	(4.375)	(5.167)
Juros e variação monetária sobre debêntures, financiamentos e derivativos	236.150	195.650
Constituição da provisão de manutenção	64.754	33.019
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	4.625	2.299
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	69	4
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	8.140	2.646
Resultado de operações com derivativos (<i>fair value option</i>)	(506)	(410)
	414.883	337.005
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(32.642)	335
Contas a receber - partes relacionadas	33.808	197
Impostos a recuperar	2.982	(2.882)
Adiantamento a fornecedores	62	(45)
Despesas antecipadas e outras	(1.249)	(205)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(2.370)	(3.818)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(43)	(3.984)
Obrigações sociais e trabalhistas	91	337
Impostos e contribuições a recolher	14.047	22.118
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(10.544)	(23.127)
Obrigações com o poder concedente	14	8
Realização da provisão de manutenção	(26.342)	(41.525)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(6.509)	(2.115)
Outras contas a pagar	(787)	461
	404.679	336.658
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(6.158)	(7.859)
Adições ao ativo intangível	(54.246)	(52.922)
	(60.404)	(60.781)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Resgates / aplicações (conta reserva)	111	510
Financiamentos, debêntures e derivativos		
Captações	1.172.981	187.735
Pagamento de principal	(1.258.586)	(34.879)
Pagamento de juros	(210.996)	(172.173)
Liquidação de operações com derivativos	(13.347)	(4.658)
Dividendos pagos a acionistas controladores	(14.129)	(276.136)
Juros sobre capital próprio	(14.541)	-
	(338.507)	(299.601)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		
Redução do caixa e equivalentes de caixa		
	5.768	(23.724)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	72.472	96.196
No final do período	78.240	72.472
	5.768	(23.724)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Constituição e objeto

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia Antônio Romano Schincariol, (SP-127), Km 112+400, no município de Tatuí, estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 10 de fevereiro de 2000 e tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 18 de setembro de 2028, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Melão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência nº 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

Outras informações relevantes

i. Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 14/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela SPVias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a SPVias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 02 de dezembro de 2013, a SPVias apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a SPVias apresentou suas alegações finais. Em 25 de março de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1013617-60.2014.8.26.0053 contra a SPVias pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 14/06. A petição inicial da ação foi indeferida de plano, tendo sido, portanto, julgada extinta pelo juiz da 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Contra essa sentença, o Estado e a ARTESP apresentaram recurso de apelação, que foi provida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 28 de abril de 2016, para determinar o prosseguimento da ação com citação da SPVias. Esta ação encontra-se em fase de instrução.

A SPVias ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1014593-67.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e contra a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 14/06. A ação encontra-se em fase de instrução.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A SPVias propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019926-51.2013.8.26.0053, que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de abril de 2014, foi proferida sentença de improcedência da ação. Em 15 de setembro de 2014, a Concessionária interpôs recurso de apelação, e, em 24 de setembro de 2014, o Estado de São Paulo e a ARTESP também interpuseram recurso de apelação. Os recursos de apelação foram levados a julgamento em 07 de junho de 2016, tendo sido decretada a extinção da ação, sem resolução do mérito, por falta de interesse processual, prejudicando o exame dos recursos. Em 06 de outubro de 2016, foi publicado o acórdão que negou seguimento aos embargos de declaração opostos pela SPVias. As partes interpuseram recursos especial e extraordinário. Em 19 de dezembro de 2016, o TJSP inadmitiu os recursos interpostos pela Concessionária (decisão ainda não publicada). Aguarda-se abertura de prazo para apresentação de agravos.

ii. Reajuste 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a Concessionária propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026966-33.2014.8.26.0053, visando a regularidade do contrato com a aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela SPVias, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela SPVias foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à suspensão de liminar concedida pelo Órgão Especial do TJSP ao Estado de São Paulo. Em junho de 2015, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos de apelação. O recurso de apelação do Estado de São Paulo e da ARTESP foi distribuído à 8ª Câmara de Direito Público que, em julgamento ocorrido no dia 27 de abril de 2016, negou provimento ao referido recurso por unanimidade. Em 3 de julho de 2016, o Estado de São Paulo e a ARTESP opuseram embargos de declaração que foram rejeitados em 27 de julho de 2016. Em 30 de agosto de 2016, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos especial e extraordinário, que aguardam decisão quanto ao juízo de admissibilidade.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação de serviços.

Receitas de construção: Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, mudanças neste são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

A nota explicativa nº 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

- Capital Social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica limitada ao prazo de concessão. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, calculada de acordo com a curva de benefício econômico.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 11.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “p”

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo pode ser determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contrato de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

m) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p) Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura - (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

q) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2016 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não-financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável e contabilidade de <i>hedge</i> , dentre outros.	(a) 1º janeiro de 2018
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	A IFRS 15 substitui o IAS 11, o IAS 18, o IFRIC 13, o IFRIC 15, o IFRIC 18 e o SIC-31 e estabelece uma regra abrangente a ser utilizada pelas entidades para reconhecimento de receitas de contratos com clientes.	(a) 1º janeiro de 2018
IFRS 16 - Arrendamentos	A IFRS 16 substitui o IAS 17, o IFRIC 4, o SIC-15 e o SIC-27 e dispõe sobre os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e estabelece, na visão do arrendatário, basicamente, um único modelo contábil, onde o arrendatário deve reconhecer o ativo e o passivo de todos os arrendamentos com prazos maiores de 12 meses a menos que o bem seja considerado de baixo valor. O arrendatário é requerido a registrar o direito de uso do ativo representando o direito de uso do bem e o passivo representando a obrigação de fazer os pagamentos do arrendamento. Quanto ao arrendador, os requerimentos do IAS 17 foram trazidos para a IFRS 16, podendo o arrendador classificar e contabilizar os arrendamentos como financeiros ou operacionais.	(b) 1º janeiro de 2019

- a) Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018; e
- b) Aplicação em exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

r) Novos Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016

Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014): Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário.

Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto: A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de operações em conjunto cuja atividade constitui um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS - 38 Ativos Intangíveis: A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo.

Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS.

Alterações na IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento.

Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

Em 16 de fevereiro de 2017, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC01 (R1)
- 7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- 8b Impostos diferidos
- 10 Depreciação dos ativos imobilizados
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 14 Provisão para riscos
- 15 Provisão de manutenção
- 19 Instrumentos financeiros

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos financiamentos em reais; (2) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão (4) IPCA ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 12, 13 e 19.

As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Financiamentos	35.745	32.599	2.380	-	-
Debêntures (a)	151.982	228.179	251.660	447.203	360.000

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 119.901, substancialmente composto por financiamentos e debêntures, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente das atividades da Companhia, está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	3.170	3.373
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	75.070	69.099
	<u>78.240</u>	<u>72.472</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,93% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano (13,10% ao ano em 31 de dezembro de 2015).

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pedágio eletrônico (a)	34.079	1.438
Receitas acessórias (b)	<u>17</u>	<u>16</u>
	34.096	1.454
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (c)	<u>(79)</u>	<u>(10)</u>
	<u>34.017</u>	<u>1.444</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Créditos a vencer	33.758	1.430
Créditos vencidos até 60 dias	259	14
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	6	-
Créditos vencidos há mais de 181 dias	<u>73</u>	<u>10</u>
	<u>34.096</u>	<u>1.454</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Companhia e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. A partir de 31 de agosto de 2016 a empresa STP deixou de ser parte relacionada, consequentemente o saldo a receber passou a ser divulgado nesta rubrica ao invés de contas a receber – partes relacionadas;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	28.923	73.409
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(9.834)	(24.959)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Incentivos relativos ao imposto de renda	641	816
Despesas indedutíveis	(290)	(277)
Despesas com brindes e associações de classe	(102)	(120)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(167)	(287)
Juros sobre capital próprio	-	5.816
Outros ajustes tributários	<u>107</u>	<u>(500)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(9.645)</u>	<u>(19.511)</u>
Impostos correntes	(16.706)	(18.253)
Impostos diferidos	<u>7.061</u>	<u>(1.258)</u>
	<u>(9.645)</u>	<u>(19.511)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,35%</u>	<u>26,58%</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	67.130	56.249
Valor justo de operações com derivativos	6.857	5.892
Perdas em operações com derivativos	-	387
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.390	835
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	27	3
Provisão para participação nos resultados (PLR)	767	706
Outros	554	1.350
	<u>76.725</u>	<u>65.422</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(113.402)	(121.263)
Valor justo de operações com derivativos	(6.654)	(5.565)
Ganhos em operações com derivativos	(6.631)	(2.437)
Amortização custo de transação	(7.476)	(657)
Outros	(2.562)	(2.561)
	<u>(136.725)</u>	<u>(132.483)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(60.000)</u>	<u>(67.061)</u>

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição).

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2016 e 2015, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	Serviços prestados	Imobilizado/intangível	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR S.A. (a)	2.282	-	1	178
Outras partes relacionadas				
CPC (b) e (c)	7.560	-	2	606
MSVia (b)	-	-	43	13
RodoNorte (b)	-	-	-	1
ViaOeste (b)	-	-	1	-
ViaQuatro (b)	-	-	3	28
Rodo Avaré (d)	-	25.452	-	923
Total circulante, 31 de dezembro de 2016			50	1.749
Total, 31 de dezembro de 2016	9.842	25.452	50	1.749
Total, 31 de dezembro de 2015	52.364	-	33.858	591

Despesas com profissionais chave da administração

	2016	2015 (Reapresentado) (*)
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.561	1.554
Outros benefícios:		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	646	658
Complemento de PPR pago no ano	25	488
Previdência privada	64	68
Seguro de vida	4	4
	2.300	2.772

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remuneração dos administradores (e)	793	829

(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS para melhor comparabilidade.

Na AGO realizada em 14 de abril de 2016, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.300, a qual não inclui os encargos sociais.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros acima:

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (c) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (d) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a execução de trevos, obras de arte especiais e passarelas para a duplicação de trechos da Rodovia João Mellão (SPVias), no valor total de R\$ 114.550, com vigência de 13 de junho de 2016 a 21 de janeiro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor. O consórcio Rodo Avaré é constituído pelas empresas Andrade Gutierrez Engenharia S.A e Andrade Gutierrez Construções e Serviços S.A; e
- (e) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: Conselho de Administração (somente remuneração fixa), Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária.

10. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	<u>2015</u>		<u>2016</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (a)</u>	<u>Saldo final</u>
Móveis e utensílios	2.436	-	(49)	105	2.492
Máquinas e equipamentos	18.688	1	(305)	2.124	20.508
Veículos	11.833	-	(84)	935	12.684
Instalações e edificações	613	-	(4)	-	609
Equipamentos operacionais	31.287	-	(155)	2.994	34.126
Imobilizado em andamento	6.688	6.721	-	(7.720)	5.689
	<u>71.545</u>	<u>6.722</u>	<u>(597)</u>	<u>(1.562)</u>	<u>76.108</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2014		2015		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	2.417	-	(51)	70	2.436
Máquinas e equipamentos	19.111	-	(657)	234	18.688
Veículos	10.550	-	(857)	2.140	11.833
Instalações e edificações	613	-	-	-	613
Equipamentos operacionais	26.996	-	(540)	4.831	31.287
Imobilizado em andamento	14.936	8.847	-	(17.095)	6.688
	<u>74.623</u>	<u>8.847</u>	<u>(2.105)</u>	<u>(9.820)</u>	<u>71.545</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 564 em 2016 (R\$ 988 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 14,17% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures) e 11,30 % a.a. em 2015.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2015		2016		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	10	(1.672)	(147)	34	-	(1.785)
Máquinas e equipamentos	13	(10.199)	(1.907)	293	21	(11.792)
Veículos	22	(7.030)	(1.860)	62	-	(8.828)
Instalações e edificações	9	(447)	(36)	4	-	(479)
Equipamentos operacionais	13	(15.966)	(2.652)	120	(18)	(18.516)
		<u>(35.314)</u>	<u>(6.602)</u>	<u>513</u>	<u>3</u>	<u>(41.400)</u>

	Taxa média anual de depreciação %	2014		2015		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	10	(1.562)	(149)	39	-	(1.672)
Máquinas e equipamentos	13	(10.103)	(2.022)	621	1.305	(10.199)
Veículos	23	(6.260)	(1.522)	752	-	(7.030)
Instalações e edificações	9	(391)	(56)	-	-	(447)
Equipamentos operacionais	12	(13.054)	(2.123)	524	(1.313)	(15.966)
		<u>(31.370)</u>	<u>(5.872)</u>	<u>1.936</u>	<u>(8)</u>	<u>(35.314)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativos Intangíveis

Movimentação do custo

	2015		2016		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão	1.138.254	-	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura	1.067.258	59.258	-	(8)	1.126.508
Direitos de uso de sistemas informatizados	7.457	-	-	1.568	9.025
	<u>2.212.969</u>	<u>59.258</u>	<u>-</u>	<u>1.560</u>	<u>2.273.787</u>

	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão	1.138.254	-	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura	1.014.330	44.662	-	8.266	1.067.258
Direitos de uso de sistemas informatizados	5.905	-	(2)	1.554	7.457
	<u>2.158.489</u>	<u>44.662</u>	<u>(2)</u>	<u>9.820</u>	<u>2.212.969</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 3.811 em 2016 (R\$ 4.179 em 2015). A taxa média de capitalização em 2016 foi de 14,17% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures) e 11,30 % a.a. em 2015.

Movimentação da amortização

	Taxa anual de amortização %	2015		2016		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão	(*)	(222.343)	(55.133)	-	-	(277.476)
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(221.473)	(50.072)	-	(1)	(271.546)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(4.712)	(1.196)	-	-	(5.908)
		<u>(448.528)</u>	<u>(106.401)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(554.930)</u>

	Taxa anual de amortização %	2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão	(*)	(168.696)	(53.647)	-	-	(222.343)
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(174.278)	(47.203)	-	8	(221.473)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(3.899)	(815)	2	-	(4.712)
		<u>(346.873)</u>	<u>(101.665)</u>	<u>2</u>	<u>8</u>	<u>(448.528)</u>

(*) Amortização pela curva do benefício econômico.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Financiamentos

<u>Em moeda nacional</u>	<u>Taxas contratuais (% a.a)</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
BNDES FINEM III	TJLP + 2,80% a.a.	N/I	Janeiro de 2019	<u>70.724</u>	<u>104.832</u> (a)
Circulante					
Financiamentos				<u>35.745</u>	<u>35.370</u>
Não Circulante					
Financiamentos				<u>34.979</u>	<u>69.462</u>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

Garantias:

(a) Fiança bancária.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2016</u>
2018	32.599
2019	<u>2.380</u>
Total	<u>34.979</u>

Em 07 de julho de 2008, a SPVias contratou financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor nominal total de R\$ 174.456 dividido em subcrédito A e B. O subcrédito A, no montante nominal de R\$ 52.526, está sendo amortizado em 93 parcelas mensais, desde 15 de novembro de 2010 até 15 de julho de 2018, sendo que os juros são pagos mensalmente desde novembro de 2010, até o vencimento final do subcrédito.

O subcrédito B foi liberado, totalmente, nos dias 26 de junho, 26 de novembro de 2014 e 17 de dezembro de 2014, nos montantes nominais de R\$ 60.000, R\$ 55.000 e R\$ 6.930 (R\$ 7.219 na data do recebimento), respectivamente. O principal e os juros estão sendo pagos a partir do mês subsequente às liberações e o vencimento final será em 15 de janeiro de 2019.

As garantias e taxas permanecem as mesmas das demais tranches em aberto.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2016	Vencimento Final	2016	2015
1. 2ª Emissão - Série única	109,30% do CDI	0,0803% (b)	1.284	-	Julho de 2016	-	429.144 (d)
1. 3ª Emissão - Série única	105% do CDI	0,0787% (b)	1.884	-	Maio de 2016	-	809.495 (d)
2. 4ª Emissão - Série única (c)	IPCA + 6,38% a.a.	6,6684% (a)	2.265	1.569	Abril de 2020	218.385	197.472 (d)
3. 5ª Emissão - Série única	129,30% do CDI	0,5814% (b)	23.580	20.380	Maio de 2021	1.198.690	- (d) (e)
Total geral				<u>21.949</u>		<u>1.417.075</u>	<u>1.436.111</u>
						2016	2015
Circulante							
Debêntures						151.982	1.251.358
Custos de transação						(7.079)	(895)
						<u>144.903</u>	<u>1.250.463</u>
Não Circulante							
Debêntures						1.287.042	187.136
Custos de transação						(14.870)	(1.488)
						<u>1.272.172</u>	<u>185.648</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 19.

Garantias:

- (d) Aval / fiança corporativa da CCR S/A.
- (e) Garantia Real.

Cronograma de desembolso (não circulante)

	<u>2016</u>
2018	228.179
2019	251.660
2020	447.203
2021	360.000
Total	<u>1.287.042</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Em 30 de junho de 2016, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da CCR S.A., não conversíveis em ações, no valor nominal total de R\$ 1.200.000, com remuneração de 129,30% do CDI. O pagamento dos juros ocorrerá trimestralmente, a partir de 27 de agosto de 2016. O pagamento do principal ocorrerá em parcelas trimestrais consecutivas, a partir de 27 de maio de 2017 até 27 de maio de 2021. É possível realizar resgate antecipado mediante pagamento de prêmio.

Um dos critérios de vencimento antecipado é a distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório, caso a relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado seja superior a (i) 4,5 vezes no ano de 2016; e (ii) 4,0 vezes, a partir do ano de 2017, até a data de vencimento das debêntures, exceto se a emissora optar por contratar carta de fiança.

2. Em 30 de junho de 2016, foram liquidadas antecipadamente a 2ª e a 3ª emissão de debêntures.
3. Em 15 de abril de 2015, foi realizada a 4ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, enquadrada sob a Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 82 do Ministério dos Transportes de 15 de abril de 2015, com valor nominal total de R\$ 190.000 e vencimento em 15 de abril de 2020.

As debêntures têm remuneração de IPCA + 6,38% a.a. e são garantidas por fiança da CCR.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2015		2016			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	760	897	(922)	(56)	77	756
Trabalhistas e previdenciários	101	244	(27)	(76)	(77)	165
Tributárias	1.596	-	-	-	1.571	3.167
	<u>2.457</u>	<u>1.141</u>	<u>(949)</u>	<u>(132)</u>	<u>1.571</u>	<u>4.088</u>
	2014		2015			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	271	1.921	(53)	(1.544)	165	760
Trabalhistas e previdenciários	146	108	(96)	(86)	29	101
Tributárias	1.509	-	-	-	87	1.596
	<u>1.926</u>	<u>2.029</u>	<u>(149)</u>	<u>(1.630)</u>	<u>281</u>	<u>2.457</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além dos pagamentos de processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 6.234 e R\$ 143, respectivamente em 2016 (R\$ 457 e R\$ 28, respectivamente em 2015).

A Companhia possui outros processos passivos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cíveis e administrativos	8.294	6.769
Trabalhistas e previdenciários	176	383
Tributários (a)	<u>292.750</u>	<u>262.556</u>
	<u>301.220</u>	<u>269.708</u>

- (a) Em setembro de 2013, foi recebida notificação pela Companhia de lançamento por meio da qual a Receita Federal considerou desnecessárias as despesas relativas ao pagamento por determinados serviços contratados entre 2008 e 2010, tendo glosado seus efeitos na apuração de IRPJ e CSLL, o que resultou na cobrança de tributos e acréscimos no total de aproximadamente R\$ 280 milhões (Data-Base: 09/2016). Também há intimação para que a Companhia proceda à retificação dos saldos de determinadas contas de ativo imobilizado para fins fiscais, o que, se efetivado, poderia resultar em diferença de até R\$ 25 milhões na apuração de IRPJ e CSLL a partir de 2011. Em 25 de outubro de 2013, a Companhia apresentou sua defesa administrativa e, após julgamento, em 04 de setembro de 2014, a Companhia foi notificada da decisão proferida em 1ª instância. A decisão foi parcialmente favorável aos interesses da Companhia, tendo havido redução do valor total do débito decorrente de requalificação de multa. Foram interpostos o Recurso de Ofício, contra a redução da multa, bem como, em 03 de outubro de 2014, o Recurso Voluntário, por parte da Companhia. Referidos recursos foram julgados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF – em 06 de outubro de 2016, o qual decidiu pelo cancelamento total da exigência. Tal decisão não é definitiva, sendo que a Companhia aguarda a formalização do acórdão, bem como a eventual apresentação de recurso por parte da Fazenda Nacional.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão de manutenção

	2015			2016		
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	16.656	14.173	669	(26.342)	4.017	9.173
Não circulante	12.496	50.581	3.956	-	(4.017)	63.016
	<u>29.152</u>	<u>64.754</u>	<u>4.625</u>	<u>(26.342)</u>	<u>-</u>	<u>72.189</u>

	2014			2015		
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	14.851	18.953	2.134	(41.525)	22.243	16.656
Não circulante	20.508	14.066	165	-	(22.243)	12.496
	<u>35.359</u>	<u>33.019</u>	<u>2.299</u>	<u>(41.525)</u>	<u>-</u>	<u>29.152</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 205.225, composto por 205.225.063 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

É constituída para a aplicação em investimentos em infraestrutura previstos no orçamento de capital, que será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos

Em 24 de novembro de 2016, foi aprovada em Reunião de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 9.000 correspondentes a R\$ 0,04386 por ação, à conta de parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2016, pagos em 29 de novembro de 2016.

Em 22 de dezembro de 2016, foi aprovada em Reunião de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 5.129 correspondentes a R\$ 0,02499 por ação, à conta de parte dos lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2016, pagos em 28 de dezembro de 2016.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	19.278	53.898
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	<u>205.225</u>	<u>205.225</u>
Lucro por ação - básico e diluído	<u>0,0939</u>	<u>0,2626</u>

17. Receitas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas de pedágio	599.633	591.955
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	56.783	47.863
Receitas acessórias	<u>3.134</u>	<u>3.159</u>
Receita bruta	<u>659.550</u>	<u>642.977</u>
Impostos sobre receitas	(52.170)	(51.476)
Devoluções e abatimentos	<u>(246)</u>	<u>(228)</u>
Deduções da receita bruta	<u>(52.416)</u>	<u>(51.704)</u>
Receita líquida	<u>607.134</u>	<u>591.273</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(221.779)	(184.016)
Variações monetárias sobre debêntures	(14.606)	(11.634)
Perda com operações de derivativos	(10.852)	(12.514)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(4.625)	(2.299)
Capitalização de custos dos empréstimos	4.375	5.167
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value option</i>)	(14.213)	(5.953)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.620)	(1.946)
	<u>(263.320)</u>	<u>(213.195)</u>
Receitas financeiras	(a)	(a)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	235	-
Ganho com operações de derivativos	18.665	8.462
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value option</i>)	6.906	10.415
Rendimento sobre aplicações financeiras	11.013	9.822
Juros e outras receitas financeiras	466	415
	<u>37.285</u>	<u>29.114</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(226.035)</u>	<u>(184.081)</u>

(a) Os valores estão deduzidos do PIS e Cofins sobre receitas financeiras no montante de R\$ 571 (R\$ 248 em 2015).

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2016			2015		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	75.070	-	-	69.099	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	-	-	-	111	-	-
Contas a receber	-	34.017	-	-	1.444	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	50	-	-	33.858	-
Contas a receber - operações de derivativos	30.414	-	-	14.952	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	(218.385)	-	(1.198.690)	(197.472)	-	(1.238.639)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(70.724)	-	-	(104.832)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(1.749)	-	-	(591)
Contas a pagar - operações de derivativos	(8.648)	-	-	(14.346)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(16.400)	-	-	(19.553)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(878)	-	-	(864)
	<u>(121.549)</u>	<u>34.067</u>	<u>(1.288.441)</u>	<u>(127.656)</u>	<u>35.302</u>	<u>(1.364.479)</u>

(a) Valores líquidos do custo de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas – conta reserva** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2016		2015	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	1.219.070	1.312.872	1.239.090	1.244.007

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Valores brutos do custo de transação.
- (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 217.109 em 31 de dezembro de 2016.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicações financeiras e conta reserva	75.070	69.210
Derivativos a receber (a pagar)	21.766	606
Debêntures	(218.385)	(197.472)

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio de resultado ou diretamente no patrimônio líquido nos casos de hedge de fluxo de caixa.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	(Valor de referência (Nocional) (1))		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado				
				Moeda Local		Moeda Local		Moeda local	Recebidos/(Pagos)	Valores a receber/(recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Ganho/(Perda) em resultado		
				2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	
Posição ativa	Votorantim	15/06/2015	15/04/2020 (1)	IPCA + 6,38% a.a.	192.356	192.356	219.954	199.404	(13.347)	(4.658)	30.414	14.952	(8.648)	(14.346)	7.813	(4.052)
Posição passiva				101,00% do CDI	-	-	(198.188)	(198.798)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2016					192.356	192.356	21.766	606	(13.347)	(4.658)	30.414	14.952	(8.648)	(14.346)	7.813	(4.052)
TOTAL DAS OPERAÇÕES							21.766	606	(13.347)	(4.658)	30.414	14.952	(8.648)	(14.346)	7.813	(4.052)

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Riscos de juros	7.813	(4.052)

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Maior de 2021	1.219.070	(216.161)	(271.366)	(327.017)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Abril de 2020	217.109	(28.299)	(31.995)	(35.691)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Abril de 2020	(217.109)	28.299	31.995	35.691
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Abril de 2020	197.607	(26.876)	(33.593)	(40.311)
BNDES	Aumento da TJLP	Julho de 2018	10.991	(1.149)	(1.358)	(1.567)
BNDES	Aumento da TJLP	Janeiro de 2019	59.733	(6.242)	(7.380)	(8.517)
Aplicação financeira (MenkarII)	Diminuição do CDI ⁽⁵⁾		75.060	10.029	12.532	15.035
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(240.399)</u>	<u>(301.165)</u>	<u>(362.377)</u>
As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:						
	CDI ⁽²⁾			13,63%	17,04%	20,45%
	IPC-A ⁽³⁾			6,16%	7,70%	9,24%
	TJLP ⁽⁴⁾			7,50%	9,38%	11,25%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2016, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (4) Refere-se à taxa de 31/12/2016, divulgada pelo BNDES;
- (5) Saldo Líquido. O conceito aplicado para o Caixa é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto no caixa, há um aumento da receita financeira;
- (6) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2016 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Compromissos vinculados a contrato de concessão

a. Decorrente do direito de outorga variável mensal

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia do mês subsequente, alíquota foi de 1,5% da receita de pedágio e de 23,5% das receitas acessórias conforme autorizado pelo Poder Concedente. O compromisso em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 878 (R\$ 864 em 31 de dezembro de 2015).

No decorrer do exercício de 2016, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 9.744 referente ao direito de outorga variável (R\$ 9.631 no exercício de 2015).

b. Compromissos relativos às concessões

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Compromisso de investimento	<u>346.946</u>	<u>240.413</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

21. Demonstração do fluxo de caixa

Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores	-	12.439
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	<u>(1.201)</u>	<u>-</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(1.201)</u>	<u>12.439</u>
Adições ao ativo intangível	<u>1.201</u>	<u>(12.439)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>1.201</u>	<u>(12.439)</u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Ítalo Roppa	Presidente do Conselho
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Antonio Linhares da Cunha	Conselheiro

Composição da Diretoria

Jose Salim Kallab Fraiha	Diretor Presidente
Alexandre Spadafora	Diretor de Operação

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3